



EDITORIAL

Pedagogia, docência e cultura

“Não sabemos para onde estamos indo” – assim escreve Eric Hobsbawm, no último parágrafo de seu monumental *Era dos extremos*. O historiador, após quase 600 páginas que varrem com sabedoria nosso breve Século XX, conclama: não é razoável seguir *ad infinitum* com o que vimos fazendo de nossas vidas e sociedades até aqui – “o futuro não pode ser uma continuação do passado”¹. De um lado, é preciso de alguma forma entender que as forças que fizeram os últimos três séculos continuam vivas; e foram elas que nos ensinaram a lógica do “mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo”. De outro, é essa mesma sociedade, assim constituída, que se vê ameaçada de implosão, justamente porque muito do que herdamos do passado se vê perdido, inalcançado e inalcançável, porque sequer conhecido, muito menos valorizado. Então, o que seria fazer uma vida, uma sociedade, uma cultura, uma educação, diferentes do que fizemos até aqui, reconhecíveis não pelo que continuaram do passado ou deste presente que questionamos, mas por sua força criativa, performativa, genuinamente recuperadora do espaço público, afirmadora da política como atividade de criação e experimentação, como nos ensina Hannah Arendt, em *A condição humana*?

Num tempo em que as palavras de ordem e pensamento são a diferença, o pensamento singular, a desconstrução da escritura, a ordem e a desordem do discurso, a alteridade, o paradoxo epistemológico, a insuficiência das

¹ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 562.

metanarrativas, e tantas outras, vemo-nos diante de um debate angustiado e ao mesmo tempo instigante e profícuo, sobre certeza, verdade, universalidade, razão – debate que está diretamente relacionado às nossas práticas sociais, econômicas, culturais, políticas e, claro, educacionais também. Estou falando aqui de uma ordem social (mundial) que não nos orgulha, que exige a mudança radical de rumos, e ao mesmo tempo falo de como nossos modos de pensar, acadêmica e cientificamente, trouxeram para o centro das discussões – e para a pauta de nossas pesquisas e estudos – o questionamento de explicações fáceis e certeiras, harmônicas e esquemáticas. É nesse fogo cruzado que hoje vivemos e pensamos, que somos alunos e professores, adultos, jovens e crianças, homens e mulheres, trabalhadores de todos os fazeres e matizes O que é verdade para nós? De que verdades vive o nosso tempo? A que verdades não nos cansamos de nos agarrar, temerosos de que elas (junto com nós mesmos) nos escapem?

Nietzsche, em *Vontade de potência*, escreveu que a verdade é o tipo de erro sem o qual uma certa espécie de vida não teria como sobreviver. Em *Crepúsculo dos ídolos* e em tantos outros textos, o filósofo não se cansou de dizer que é preciso expulsar a idéia de verdadeiro mundo ou mundo verdadeiro (em oposição a um mundo aparente), aquele mundo prometido aos sábios, aos devotos e aos virtuosos, mas para sempre inalcançado e inalcançável, para sempre desconhecido. Nietzsche postula que se abandone a separação entre mundo aparente e verdadeiro, que não suspeitemos contra a vida, a vida aqui e agora, pois é esta que existe e é a ela, mesmo trágica e terrível, que precisamos dizer, como o artista dionisíaco, um sonoro *sim*, buscando algo além de meras promessas de consolo e redenção.

Trocando em miúdos: este editorial, redigido para apresentar os textos e autores que fazem o volume 26, número 2 de *Educação & Realidade*, começa com essa série de idéias talvez um pouco desconexas mas, penso, um tanto similares à perplexidade vivida neste nosso tempo, e finalmente introduz o primeiro artigo – “Apuntes para la pedagogia del siglo XXI: del debate postmoderno a un nuevo humanismo pedagógico” –, dos espanhóis Joan Soler e Conrad Vilanou. Os autores oferecem aos leitores e leitoras um providencial balanço histórico das perspectivas teóricas dos últimos séculos, especialmente do século XX, percorrendo inúmeras pedagogias vigentes em nossos dias: a perene, a performativa, a hermenêutica, a pós-estruturalista, a construtivista, a crítica e a pedagogia da investigação-ação, imaginando que seja possível um saber pedagógico novo, refundado na perspectiva interdisciplinar, no pensamento complexo e, “sem medo de ser feliz”, orientado pela melhoria da educação e do próprio gênero humano. Por que não? Nossos colaboradores espanhóis, com Marx, Freud e Nietzsche, também suspeitam da solidez e brilhantismo dos vários discursos pedagógicos e seu pretenso mundo de plena racionalidade. Fazem um excelente apanhado de todos esses discursos (o performativo, o hermenêutico, etc) e de como estes vêm marcando nossas práticas escolares e nossas investigações acadêmicas, a partir da produção de pensadores como

Hegel, Heidegger, Dewey, Lyotard, Gadamer, Foucault, Derrida, Piaget, Adorno, Kuhn. O “novo humanismo” anunciado apóia-se em Morin e também em Arendt, e propõe que nos ergamos sobre os ombros dos gigantes (os grandes pensadores? Figuras e histórias não narradas de nós mesmos?) , para ver um pouco mais de luz nestes tempos de escuridão.

Maria Manuela Alves Garcia, em “O sujeito emancipado das pedagogias críticas”, aprofunda um desses discursos, o da pedagogia crítica, bem conhecido entre nós. A partir do pensamento de Foucault e de Deleuze, Maria Manuela analisa alguns discursos pedagógicos críticos e progressistas que circularam entre estudiosos e agentes da educação no Brasil das décadas de 80 e 90 – por exemplo, Paulo Freire e Dermeval Saviani, entre outros. Os conceitos foucaultianos de discurso, poder e sujeito e o conceito deleuziano de devir permitem que a autora descreva com seriedade e rigor um pouco dos discursos da pedagogia crítica, de modo a demonstrar que eles se constituem antes de tudo como práticas, mistos de poder-saber e de técnicas que produzem cotidianamente subjetividades escolares, didáticas, pedagógicas. Assim, pedagogias que defendem a produção de sujeitos plenamente engajados, auto-centrados, conscientes, coerentes, críticos, responsáveis, autônomos, etc etc, veriam a educação predominantemente como o lugar da iluminação, da humanização, da superação das injustiças sociais, dadas de modo especial pelo aparato científico e pelas práticas de auto-reflexão e de conscientização nelas operadas e agenciadas. Sobretudo, segundo a autora, trata-se de discursos que propõem a humanização dos indivíduos, supondo que nesse processo estes terão acesso à sua “humanidade essencial”.

A seguir, Júlio Emílio Pereira e Maria da Conceição Fonseca, em “Identidade docente e formação de educadores jovens e adultos”, operando com vários conceitos aprendidos de alguns desses discursos pedagógicos debatidos nos dois artigos anteriores, discutem o tema da identidade profissional docente, a partir de uma investigação empírica junto a educadores de jovens e adultos, da Universidade Federal de Minas Gerais. Estão em jogo nesse texto os sentimentos de inferioridade, incapacidade e mediocridade, associados fortemente ao trabalho do professor, ao mesmo tempo que a experimentação da prática docente como descoberta da complexidade da educação e da própria realidade social de jovens e adultos, tardiamente envolvidos com o ensino fundamental, por sua condição econômica e cultural. O incerto e o provisório da prática docente aparecem em cada depoimento dos professores monitores entrevistados para a pesquisa aqui relatada; mas, sobretudo, emerge aí a possibilidade de um profissional que problematiza a prática pedagógica cotidiana para além do espaço propriamente escolar.

O tema da docência é central também neste artigo de Cristina Carvalho: “Cidadania cultural e formação de professores”, em que a autora analisa a participação de alunos de História como estagiários numa exposição fotográfica de fatos históricos, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (1998-

2001), em que esses alunos monitoravam estudantes em visita ao evento. Perrenou e Nóvoa, entre outros pensadores da educação, orientam a análise dos dados da investigação comentada no artigo, para sustentar uma discussão sobre a formação do professor como aquela que não ocorre senão pelo conhecimento do outro e de nós mesmos, pelo enriquecimento das próprias experiências e pelo reconhecimento de que a aprendizagem escolar não se separa jamais do debate sobre as diferenças culturais, sobre o poder e ainda sobre a história.

Juan Delval traz para este número de *Educação & Realidade* um debate que não cessa de se fazer: a relação entre conhecimento e cultura, aliás, tratado também por Cristina Carvalho, como vimos acima. Delval escreve “Vigotsky, Piaget, a formação do conhecimento e a cultura”, acrescentando ainda mais elementos à polêmica sobre o trabalho de Piaget e de Vigotsky, quanto ao papel do ambiente social e cultural na constituição dos sujeitos, particularmente nos seus modos de conhecer, de aprender, de pensar. Delval mostra que para Piaget não existe jamais um desenvolvimento natural, independente da cultura, como alguns querem crer, opondo-o a Vigotsky, este, sim, ocupado com o cultural e o social. Segundo o autor deste artigo, Vigotsky apoiaria sua tese em uma série de dicotomias (natureza e cultura, conhecimento cotidiano e conhecimento científico, e assim por diante); e a base de suas teorias seria não somente a teoria marxista, mas sobretudo o pensamento de Durkheim. Já Piaget teria mostrado que, diferentemente de Vigotsky, não se pode confundir desenvolvimento histórico e ontogênese; da mesma forma, não interessam a Piaget os modos pelos quais o sujeito é moldado, mas os modos pelos quais ele constrói seus instrumentos de conhecimento. Ao leitor, à leitora, portanto, mais uma vez um debate que mereceria ser bem mais explicitado, bem mais problematizado em nossos dias: afinal, o que são “condições externas” ao conhecimento que o sujeito tem ou constrói? O que seria a tal “perspectiva do sujeito”, em oposição às chamadas “condições externas”? Como ver isso hoje, quando tantas transformações ocorrem no próprio entendimento (e prática) do que seja nossa vida interior, psíquica e privada e nossa vida pública, política, cultural?

“Interdisciplinaridade como solidariedade: desafio à formação de professores” – este é o título do artigo de Carmen Lucia Bezerra Machado, Maria Aparecida Bergamaschi, Marlene Ribeiro e Eliane Ribeiro Póvoa. As professoras fazem uma reflexão a partir de um trabalho interdisciplinar experimentado num curso de Pedagogia, com as disciplinas de Metodologia de Pesquisa e de Sociologia, História e Filosofia da Educação. Tendo optado pelo entendimento de interdisciplinaridade como solidariedade, as autoras tecem seu artigo também solidariamente, com excertos de textos produzidos pelas estudantes de Pedagogia, mostrando a fragilidade do conhecimento escolar feito por e a partir de fragmentos estanques, a partir de alguns eixos fundamentais: a educação entendida como formação, a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a própria interdisciplinaridade, a solidariedade e a utopia – indignação diante da injustiça e da impossibilidade de humanização.

Por último – e, claro, não menos importante na composição deste número de *Educação & Realidade* –, temos uma entrevista exclusiva com o professor Jean Hébrard, da Escola Prática de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, que esteve em Porto Alegre para o IV Congresso de Estudos Luso-Brasileiros do História da Educação. A professora Carmem Craidy entrevistou seu ex-orientador sobre um tema muito caro ao estudioso (e a nós todos, do campo da educação, igualmente): a história da leitura e os conceitos de letramento e iletrismo. Conhecido por inúmeras obras escritas a quatro mãos com a historiadora Anne-Marie Chartier (como o livro *Discurso sobre a leitura*), Hébrard faz observações extremamente pertinentes às preocupações de nosso tempo, particularmente no Brasil, sobre a relatividade de conceitos como o de alfabetização, numa época em que adultos com nível superior de ensino se mostram completamente analfabetos em relação às novas tecnologias de informática, e quando muitos dos brasileiros, classificados como alfabetizados, não têm acesso à complexidade da cultura em que estão imersos. Para ele, a escola básica é ou deve ser, sobretudo, um lugar de experiência cultural, muito mais do que um lugar apenas devotado às fascinantes máquinas propiciadas pelas novas tecnologias. A literatura e a história por exemplo, para ele são absolutamente fundamentais na formação das novas gerações, independente de todo o acesso às múltiplas mídias de nosso tempo.

Para finalizar, temos a resenha do livro de Dagmar Meyer, *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*, feita com esmero por Maria Isabel Edelweiss Bujes. Os principais conceitos utilizados por Dagmar são retomados pela resenhista, que pontua a contribuição dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais para a elaboração do livro, originalmente tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Como salienta Maria Isabel, Dagmar Meyer escreve um texto rigoroso, coerente nas escolhas teóricas e metodológicas, que se oferece aos leitores, sobretudo os estudantes de pós-graduação, como uma verdadeira “aula” em que são debulhados conceitos como os de gênero, raça, etnia, representação, identidade, plenamente mergulhados na análise empírica sobre a importância que tiveram as escolas elementares gaúchas na produção das representações da cultura teuto-brasileira, com suas fortes marcas – língua materna alemã, fé luterana, capacidade de trabalho, entre outras.

Mesmo não sabendo para onde estamos indo, como escreveu Hobsbawm, nós seguimos, como docentes, como pesquisadores, como interrogadores deste nosso novo século, com nossas verdades-erros sem as quais, neste momento, não teríamos como sobreviver. Que os artigos deste número aconteçam como inquietação e dúvida, bem mais do que como certeza e consolação.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora